

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CEHIDRO.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às 09h 24min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 17ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 48ª Reunião Ordinária; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 63 que atesta o cumprimento das Metas de Cooperação Federativa e Metas de Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos referentes ao Programa de Consolidação do Pacto pela Gestão das Águas – Progestão referentes ao ano de 2013; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sr. Rafael Pedrollo de Paes, representante da UFMT; Sra. Sara Suely Attilio Caparossi, representante da ABES; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da ABAS; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representante do CREA; Sr. Fábio de Castro e Souza, representante da ALTO JAURU ENERGÉTICA; Sr. Ricardo Bonora, representante da ARAGUAIA GERADORA DE ENERGIA; Sr. André Luiz Sagiorato Marcon, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Paulo Henrique Sêmpio Borges, representante da AÇÃO VERDE; Sr. Edson Eugenio Bruemuller, representante da MARAJÁ; Sr. Fabricio Hideo Dias Doi, representante da AGROPECUARIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; Sra. Nívea Patrícia Nunes nascimento, representante da AMAGG; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sra. Suzele Rosa Barbosa, representando a AESA/MT; e Sra. Luciana Luzia Calçada Barreto, representando a CAB Cuiabá. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando em apreciação a Ata da 48ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 48ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou aos informes colocando aos conselheiros que nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro esteve em Foz do Iguaçu participando de uma reunião com representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba, da prefeitura de Tangará da Serra e da Itaipu Binacional para viabilizar a implantação de projeto similar ao “Cultivando Água Boa” nas região de atuação do Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal. O conselheiro José Ferraz solicitou que fosse disponibilizada a apresentação feita por representante do Projeto Cultivando Água Boa em 2013 aqui em Cuiabá, ao que a Secretaria do CEHIDRO respondeu que iria colocar o mesmo no site do Conselho. Dando continuidade aos informes, o Secretário Executivo colocou que a Sra. Ellen Pantoja, Coordenadora de Controle de Recursos Hídricos da SEMA assumiu a presidência da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladores –

37 CTPOAR, do Conselho nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para o mandato de um ano. Colocou  
38 aos conselheiros que os editais para os processos eleitorais do CBH Baixo Teles Pires, CBH São  
39 Lourenço e CBH Afluentes do Rio Araguaia – TA3 deverão ser publicados em março, após o  
40 carnaval, sendo complementado pela Secretaria do CEHIDRO que a Gerente de Apoio de Fomento  
41 aos Comitês, sra. Leonice Lotufo, esteve semana passada em alta floresta e esta semana esta em  
42 viagem na região de Rondonópolis de forma a pegar os editais devidamente assinados e orientar as  
43 Comissões Pró-Comitê neste processo, complementando que assim que forem publicados em Diário  
44 Oficial o edital o mesmo será repassado aos conselheiros para conhecimento. O Secretario Executivo  
45 informou que nos dias 10 e 11 será realizado o curso “Interpretação de Testes de Aquíferos com a  
46 utilização de excel para cálculos hidrodinâmicos”, oferecido pela ABAS e SEMA, ministrado pelo Sr.  
47 Zoltan Romero Cavalcante, com custo de trezentos reais. O conselheiro José Roberto colocou que o  
48 custo do curso esta alto, sugerindo que fosse enviado convite para todos os cadastrados na SEMA,  
49 destacando eu o curso é de fundamental importância para melhorar o trabalho dos técnicos. O  
50 Secretario Executivo ponderou que a ABAS que ficou responsável por este trabalho de divulgação. O  
51 Secretario Executivo passou para o próximo item da pauta, colocando aos conselheiros que o Sr. Luiz  
52 Noquelli iria fazer uma apresentação sobre o atendimento das Metas de Cooperação Federativa e  
53 das Metas de Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos  
54 referentes ao Programa de Consolidação do Pacto pela Gestão das Águas – PROGESTÃO. O Sr.  
55 Luiz Noquelli iniciou colocando aos conselheiros que a participação do Estado no Pacto é uma mérito  
56 da Superintendência de Recursos Hídricos, complementando que é um prazer apresentar o mesmo  
57 aos conselheiros e que até o momento é o ponto focal do projeto na SURH. Colocou aos conselheiros  
58 que o objetivo nesta reunião é verificar o cumprimento os não das metas federativas e cancelar as  
59 metas estaduais. Em seguida colocou que são cinco metas federativas e passou a explicar  
60 detalhadamente cada uma delas. Colocou que a primeira meta federativa é a integração de bases  
61 cadastrais e consiste no compartilhamento de informações referentes aos usuários de recursos  
62 hídricos de domínio estadual, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNIRH), o que  
63 pode ser feito através da adesão de forma integral ou parcial ao CNARH, destacando que a SURH  
64 considera esta meta cumprida pois a SEMA adotou integralmente o CNARH desde 03 de julho de  
65 2012, através da Portaria nº 280 e da Instrução Normativa nº 005. Em seguida colocou que a  
66 segunda meta federativa é o compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas, que  
67 consiste em compartilhar, por meio do Sistema de Águas Subterrâneas – SAS, no âmbito do SNIRH,  
68 as informações sobre autorização de perfuração de poços ou instrumento administrativo  
69 correspondente e, quando houver, sobre emissões de outorgas de captação de águas subterrâneas  
70 pelo Estado. Ponderou que o Sistema de Informação de Água Subterrânea ainda não encontra-se  
71 efetivado na ANA e que a mesma decidiu que devido a isto o valor referente a esta meta será  
72 redistribuído nas demais metas federativas, destacando ainda que a SURH já possui o arcabouço

73 legal necessário através da outorga de água subterrânea e já possui os dados disponibilizados de  
74 forma informatizada, e por isto considera esta meta cumprida. Colocou aos conselheiros que a  
75 terceira meta federativa é a contribuição para difusão do conhecimento, que consiste no  
76 compartilhamento de informações sobre a situação da gestão das águas para subsidiar o Relatório  
77 “Conjuntura dos Recursos Hídricos”, publicado anualmente pela ANA e será considerada atendida,  
78 caso o estado envie as informações no formato definido, o que o Estado de Mato Grosso já faz desde  
79 o ano de 2007, como pode ser confirmado através dos relatórios de conjuntura já publicados. Colocou  
80 aos conselheiros que as últimas duas metas federativas é que estavam pendentes de atendimento e  
81 devem ser o ponto de maior atenção dos conselheiros. Colocou aos conselheiros que a quarta meta  
82 federativa é a prevenção  
83 de eventos hidrológicos críticos, e que para o cumprimento desta meta é necessário que o estado  
84 opere adequadamente os sistemas de prevenção de eventos críticos, com o funcionamento  
85 apropriado dos equipamentos automáticos de coleta e transmissão de dados hidrológicos, bem como  
86 pela disponibilização de informações aos órgãos competentes, através da  
87 elaboração pela SEMA do Manual Operativo da Sala de Situação, com conteúdo mínimo compatível  
88 com o padrão fornecido pela ANA, garantia de um Índice de Transmissão e Disponibilização de  
89 Dados Telemétricos (ITD) maior ou igual a 80% e disponibilização das informações da Sala de  
90 Situação no site da SEMA. Destacou que a SEMA já confeccionou e encaminhou à ANA sua versão  
91 do Manual Operativo da Sala de Situação no dia 18 de fevereiro de 2014 através do Ofício n°. 322/GAB-SEMA-MT. Em seguida apresentou o informe dos dados de transmissão, mostrando que a  
92 taxa de transmissão dos dados das estações da rede de eventos críticos é superior à 80%,  
93 ponderando que a Sala de Situação opera também a rede de nível da SEMA, a qual não esta dentro  
94 dos dados exigidos pela ANA, mas que também atinge uma taxa de transmissão superior a 80%. Em  
95 seguida mostrou aos conselheiros o site da SEMA, destacando que as informações da Sala de  
96 Situação estarão disponíveis no link “Atlas das Águas”, porem as mesmas ainda não estão  
97 disponibilizadas devido ao técnico da SEMA responsável pelo site estar doente e não ter havido  
98 tempo hábil para fazer a organização do site, ponderando que as informações que serão  
99 disponibilizadas já estão pontas. Apresentou aos conselheiros o Boletim de monitoramento  
100 hidrológico, destacando que o mesmo só esta sendo feito ate o momento de quatro pontos pois a  
101 CPRM, que é responsável ela adequação dos mesmos, só poderá fazer esta adequação nos outros  
102 doze pontos após as cheias. Destacou ainda que serão emitidos para cada ponto boletins diários e  
103 um boletim mensal condensando as informações. O Secretario Executivo complementou que os  
104 Boletins já estão subsidiando as ações da Defesa Civil. O Sr. Luiz Noquelli colocou que a quinta meta  
105 federativa é a atuação para segurança de barragens, que prevê o cumprimento de exigências  
106 relativas à implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) pelos estados,  
107 sendo que os estados que adotaram 2013 como o segundo período de certificação como é o Caso de  
108

109 Mato Grosso, a área competente da ANA levará em consideração o esforço inicial de cadastrar todas  
110 as barragens para acumulação de água existentes no estado, contando-se para isto com o  
111 mapeamento de espelhos d'água, elaborado pela FUNCEME em cooperação com o MI e a ANA  
112 (Brasil, 2008). Apresentou um modelo de cadastro, destacando que foi o mesmo foi feito com as  
113 informações necessárias de acordo com modelo encaminhado pela ANA, e ponderou que o cadastro  
114 será aprimorado com o tempo. A conselheira Alessandra Panizi questionou se os dados neste  
115 cadastro são de todas as barragens que temos no Estado, ao que o Sr. Walter de Carvalho Júnior,  
116 Analista de Meio Ambiente da SEMA, colocou que os dados apresentados são das barragens  
117 outorgadas, as quais podem ou não se enquadrar nas exigências da lei de Segurança de Barragens,  
118 ponderando que ainda não se tem o numero total existente no Estado. O Sr. Luiz Noquelli colocou  
119 que o cadastro foi preenchido de acordo com curso ministrado pela ANA para orientar o  
120 preenchimento do mesmo, bem como o Relatório Anual de Segurança de Barragens 2013,  
121 necessário para certificação dessa meta em 2013, destacando que este relatório deveria ser  
122 preenchido até 31 de janeiro de 2014 e foi enviado no dia 17 de janeiro, sendo considerada cumprida  
123 pela SURH esta meta. Colocou aos conselheiros que em relação as metas federativas, A SURH  
124 considerou todas cumpridas com exceção da disponibilização das informações da Sala de Situação,  
125 o que corresponde á um terço da quarta meta, porem se compromete a apresentar na próxima  
126 reunião ordinária do CEHIDRO, que ocorrerá no dia 20 de março, o site da SEMA já com os dados  
127 disponíveis, sendo complementado pelo Secretário Executivo que assim que ficarem disponíveis será  
128 encaminhado por email para os conselheiros. Dando continuidade à apresentação, o Sr. Luiz Noquelli  
129 passou para as Metas de Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos  
130 Hídricos, também chamadas de metas estaduais, informando aos conselheiros que as mesmas só  
131 tem repercussão financeira a partir do terceiro período de certificação, que referente ao ano de 2014,  
132 porem é necessário encaminharmos o relatório de auto avaliação destas metas, destacando ainda  
133 que o Estado foi classificado em tipologia B, de acordo com a Resolução CEHIDRO nº. 59 02 de  
134 outubro de 2013, publicada no D.O.E. nº. 26.147 de 08/10/2013. Colocou aos conselheiros que nem  
135 todas as metas precisam ser avaliadas, e apresentou quais devem obrigatoriamente ser avaliadas no  
136 relatório de auto monitoramento, e deve ser encaminhada para a ANA uma Resolução do CEHIDRO  
137 aprovando o cumprimento das Metas Federativas e a aprovação do Formulário de Auto Avaliação das  
138 Metas Estaduais para que possamos solicitar a segunda parcela do PROGESTÃO. Ponderou que o  
139 formulário não foi encaminhado previamente aos conselheiros devido à ser responsabilidade da ANA  
140 encaminhar o mesmo, porem entramos em contato solicitando-o e a mesma ainda não tinha  
141 elaborado e o encaminhou somente ontem, dia vinte e seis de fevereiro, para a SURH. Destacou que  
142 o mesmo já encontra-se preenchido, e devido à este imprevisto irá proceder à leitura do mesmo, para  
143 apreciação dos conselheiros, ponderando eu são oito paginas. Procedeu à leitura das variáveis 1.1 a  
144 1.9. Após a leitura desta ultima variável, que trata da Capacitação Setorial, o conselheiro José

145 Roberto questionou se o panorama da qualificação pode ser alterado com este novo recurso, sendo  
146 respondido pelo Sr. Luiz Noquelli que uma parcela do recurso será aplicado justamente para  
147 capacitação, como vai ser demonstrado posteriormente na planilha de gastos que será apresentada e  
148 que foi encaminhada por email. O conselheiro José Roberto questionou se a SURh já tinha solicitado  
149 esta demanda à SEMA, ao que o Sr. Luiz Noquelli respondeu que é feita esta solicitação todos os  
150 anos, porem tivemos uma redução considerável de orçamento o que inviabilizou o atendimento dela,  
151 destacando que se tenta suprir esta demanda com o apoio da ANA, através de cursos ministrados  
152 pela mesma, porem normalmente só conseguimos enviar um técnico para os mesmos, o que dificulta  
153 o aprimoramento da SURH como um todo. O Sr. Luiz Noquelli continuou a leitura do Formulário,  
154 lendo a variável 1.10 e 2.1, que trata de balanço hídrico, na qual a Sra. Ellen Pantoja sugeriu que  
155 deixasse mais claro que o balanço hídrico existente é somente para agua superficial, não existindo  
156 nenhum dado referente à água subterrânea, o que foi aprovado pelos conselheiros. O Sr. Luiz  
157 Noquelli continuou a leitura do Formulário, lendo a variável 2.2 a 2.6, que trata do Enquadramento,  
158 colocando que não é necessário avaliar o mesmo, ao que a conselheira Sara Caparossi colocou que  
159 o enquadramento é um instrumento importante e deixar o mesmo para um segundo momento  
160 prejudica os empreendedores, já que existem situações em que alguns não puderam se instalar por  
161 não haver mais disponibilidade hídrica no corpo d'água enquadrado na classe 2, porem com o  
162 enquadramento ele poderia ser enquadrado em classe 3 ou 4 e assim possibilitar a instalação de  
163 novos empreendimentos, ao que o Sr. Luiz Noquelli respondeu que no planejamento da utilização do  
164 recurso do PROGESTÃO esta incluído o plano de bacia que por sua vez vai englobar o  
165 enquadramento, de forma que não será postergado demasiadamente se tudo ocorrer como o  
166 planejado pela SURH, somente não será utilizado este primeiro recurso para isto. Terminou a leitura  
167 das variáveis 2.7, 2.8, 3.1 a 3.6 e 4.1 a 4.8. O Sr. Walter Correa questionou se serão incluídas outras  
168 variáveis na avaliação que são importantes, como o enquadramento, sendo respondido pelo Sr. Luiz  
169 Noquelli que caso o Estado seja reclassificado como nível C, com certeza ocorrerá esta inclusão,  
170 sendo complementado pela Secretaria do CEHIDRO que mesmo que o Estado continue classificado  
171 como B não significa que ficará estagnado, pois o PRGESTAO exige uma evolução dentro da própria  
172 classe, seja através da melhora dos variáveis já avaliadas, seja através do aumento do numero de  
173 variáveis avaliadas. O Sr. Luiz Noquelli terminou sua apresentação colocando eu a SURH considera  
174 que todos os itens exigidos para a classe B foram cumpridos. O conselheiro José Roberto questionou  
175 se existe uma proposta para o uso do recurso, ao que o Sr. Luiz Noquelli respondeu que sim e  
176 apresentou a Planilha de proposta de Gastos elaborada pela SURH. O conselheiro Fábio Souza  
177 questionou se o recurso estará submetido à burocracia do Estado, ao que o Secretario Executivo  
178 respondeu que esta sendo estudada uma forma de evitar que a utilização do recurso envolva tanta  
179 burocracia para facilitar sua aplicação. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que o CEHIDRO  
180 fizesse uma Moção solicitando agilidade da liberação e aplicação do recurso, de forma que a SEMA

181 se comprometa com isto, solicitando ainda que os orçamentos fossem apresentados ao CEHIDRO  
182 para que os conselheiros analisem a qualidade e o preço, sendo ambas as propostas aprovadas  
183 pelos conselheiros. O conselheiro José Roberto questionou se as rubricas apresentadas podem ser  
184 remanejadas, ao que o Secretario Executivo respondeu afirmativamente. O Secretario Executivo  
185 agradeceu a apresentação do Sr. Luiz Noquelli e colocou que é uma responsabilidade sua como  
186 superintendente levar a demanda de como teremos acesso ao recurso, ponderando eu este acesso  
187 deve ocorrer de forma diferenciada da que é feita atualmente na SEMA para não correremos o risco de  
188 perde-lo. A conselheira Alessandra Panizi colocou eu devolver o recurso é o pior cenário, destacando  
189 que os conselheiros não querem dificultar, não é necessário apresentar os três orçamentos para o  
190 CEHIDRO decidir qual o mais adequado, mas sim trazer após a decisão e explicar o porque da opção  
191 por aquele orçamento, para evitarmos erros, sendo complementado pelo conselheiro Fabricio Doi que  
192 a intenção não é impedir as decisões mas sim garantir que as decisões corretas sejam tomadas. O  
193 conselheiro José Roberto sugeriu que uma parte do recurso seja utilizado para estudos referentes à  
194 agua subterrânea, sendo respondido pelo Secretario Executivo que o recurso é limitado e estamos  
195 atendendo as demandas aos poucos, porem iremos cuidar desta demanda futuramente. Em seguida  
196 o secretario Executivo colocou em apreciação a Minuta de Resolução nº 63 que atesta o  
197 cumprimento das Metas de Cooperação Federativa e Metas de Fortalecimento do Sistema Estadual  
198 de Gerenciamento dos Recursos Hídricos referentes ao Programa de Consolidação do Pacto pela  
199 Gestão das Águas – Progestão referentes ao ano de 2013. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu  
200 eu fosse anexado o Formulário de Auto Avaliação aprovado e também o Anexo I da Resolução nº 59,  
201 que apresenta as metas federativas que devem ser atendidas para o ano de 2013, o que foi  
202 aprovado. O Sr. Luiz Noquelli ponderou que é necessário que o texto faça alusão ao Formulário,  
203 sendo sugerido pelos conselheiros que o texto ficasse “Art. 1º Aprovar a Auto Avaliação das Metas de  
204 Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos apresentada pela  
205 Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT, constante no Formulário de Auto Avaliação,  
206 referentes ao ano de 2013, conforme Anexo I. Art. 2º Atestar que a Secretaria de Estado do Meio  
207 Ambiente – SEMA/MT cumpriu as Metas de Cooperação Federativa, referentes ao ano de 2013,  
208 conforme Anexo II. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”, o que foi  
209 aprovado. O Secretario Executivo colocou então em votação a aprovação da Minuta de Resolução nº  
210 63 que atesta o cumprimento das Metas de Cooperação Federativa e Metas de Fortalecimento do  
211 Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos referentes ao Programa de Consolidação  
212 do Pacto pela Gestão das Águas – Progestão referentes ao ano de 2013, com as alterações  
213 sugeridas, oq eu foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. A conselheira  
214 Alessandra Panizi questionou se seria aprovado o texto da moção, sendo sugerido pelo Secretario  
215 Executivo que entrasse na pauta da próxima reunião para que a minuta fosse elaborada pela  
216 Secretaria Executiva, o que foi aprovado pelos conselheiros. Nada mais a ser dito, o Secretário

217 Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 57min e eu, Sibelle Christine  
218 Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do  
219 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

220

221

222 **ILSON FERNANDES SANCHES**

223 Presidente do CEHIDRO

224 em substituição

225

226 \* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 20.03.2014.

227 \*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

228

**NÉDIO CARLOS PINHEIRO**

Secretário Executivo do CEHIDRO